

## Só o 'pai da criança' pode interromper esta 'gravidez'

Quando uma mulher apresenta a barriga característica da gravidez, todo mundo sabe, mesmo sem ter testemunhado o "ato" gerador do fato, o que aconteceu antes, para que ela ficasse assim, e o que acontecerá, inevitavelmente, depois, se nada for feito para interromper o curso natural dos acontecimentos: a criança nascerá, seja nas condições que for.

A situação da economia brasileira de hoje pode ser "decifrada" muito mais facilmente ainda com raciocínio semelhante. Primeiro porque todos nós testemunhamos os "atos" sucessivos por meio dos quais o governo a "emprenhou" da crise que está sendo gerada. Segundo porque o tamanho e a conformação anormais da "barriga" anunciam que nada de bom está sendo gerado lá dentro, e que o "paciente" pode não resistir ao "parto" ou ficar seriamente abalado por ele. Terceiro porque, mesmo ciente de tudo isso, "o pai da criança" faz-se de rogado e recusa-se não só a assumir a sua paternidade como, também, a tomar qualquer atitude para desfazer, a tempo, aquilo que fez.

Tal atitude se torna ainda mais grave e preocupante quando se sabe que, como no caso das gravidezes naturais em que os modernos recursos da medicina permitem saber, antes do nascimento, o que vai ser a "criança" (macho ou fêmea; normal ou anormal), os recursos da moderna ciência econômica (e até o simples bom senso) permitem saber com antecedência no que vai dar uma situação gerada por uma série determinada de "atos" e prenunciada por uma série determinada de sintomas. Ora, todas as "juntas médicas" de especialistas em economia que se têm debruçado sobre o caso brasileiro aqui e no Exterior chegaram ao mesmo diagnóstico a que já tinham chegado os leigos do "povão": o que está sendo gerado aqui é uma crise de proporções enormes que só não matará o "paciente" porque os países não morrem, mas que, certamente, o fará caminhar para trás de modo traumático, se nada de muito drástico for feito — e com muita urgência — para evitá-lo.

Assim, se as tentativas do presidente Sarney e de alguns dos seus ministros para negarem a paternidade por aquilo que está sendo gerado na "barriga" da economia brasileira eram apenas irritantes (ou revoltantes nas vezes em que passaram das palavras aos atos), estas tentativas que fazem agora de negar a existência da própria "barriga" são irresponsáveis e temerárias. Só servem para anuviá-la ainda mais o "clima", já bastante carregado, e para apressar aquilo que este governo deveria estar fazendo tudo para evitar: a transformação da insegurança e da angústia reinantes em desespero.

Ainda por cima, existe um evidente contra-senso entre esta atitude de negar a gravidade da situação ao mesmo tempo em que — depois de admitida a falta de idéias ou soluções próprias, seja da parte executiva do governo, seja do seu ramo político, convocado a dar sugestões — o presidente convoca os representantes do capital e do trabalho para tentar um "pacto social" ou um "entendimento" destinado a "salvar o País"... das consequências de um problema cuja mera existência o seu governo, oficialmente, nega!

E desta situação kafkiana que reclamam, cada um no seu "tom" específico, todos os representantes da "sociedade brasileira" convocados pelo governo para discutir o "pacto social" que, a se acreditar no seu discurso presidencial, nem seria necessário. Em entrevista que nos concederam ontem, o presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen, e o presidente do Banco Itaú e ex-membro do Conselho Monetário Nacional, José Carlos Moraes Abreu, ressaltavam que este entendimento "extremamente válido" que o governo procura é, no entanto, "muito difícil" porque envolve três partes — governo e representantes do capital e do trabalho — "que têm naturais conflitos de interesses". Mas, afirmam os dois banqueiros, "seria útil ter uma proposta sobre a qual discutir", proposta esta que "deveria, normalmente, partir do governo". Já os empresários de São Paulo, representados pelo sr. Mário Amato, que hoje devem reunir-se com representantes do governo em Brasília, fizeram saber à administração federal que estão dispostos a "colaborar ao máximo para que o necessário realinhamento dos seus preços, congelados há dez meses, não contribua muito para acelerar o processo inflacionário". Mas advertem que só farão isso "se houver uma postura semelhante por parte dos dois outros participantes desta discussão sobre o pacto: os trabalhadores e o governo. Os trabalhadores deveriam evitar exigências irreais no que se refere a reajustes salariais e o governo deveria obter maior eficiência da máquina estatal emperrada (grifo nosso) que deveria reduzir os seus gastos e manter um bom fluxo de investimentos na economia".

Coisa exatamente semelhante disseram os comerciantes, pela voz da Confederação Nacional do Comércio: "Um compromisso do governo de racionalizar seus gastos, recuperar a poupança pública e definir um programa claro para os seus próprios investimentos, dando, assim, os parâmetros para as decisões do setor privado, estaria na base do acordo atualmente em negociação envolvendo o governo, os empresários e os trabalhadores". "Realisticamente", prosseguiu o porta-voz da CNC, "deve-se admitir que os trabalhadores não aceitarão reduções de salários reais. Quanto aos empresários, depois de 10 meses de congelamento de preços (e de aumentos de salários e de impostos, recordamos nós), não têm mais como comprimir lucros sem comprometimento irremediável de sua capacidade de produzir e investir. Só o governo, apropriando recursos do setor privado, acumulou gorduras, e são essas gorduras que devem ser agora eliminadas (grifo nosso). Se for capaz de cortar fundo nas suas despesas de custeio, de eliminar órgãos e empresas desnecessárias; enfim, se se dispuser a fazer agora o que deveria ter feito no início do Plano Cruzado, estaria aberto o caminho para um entendimento de alto nível entre todos os setores da sociedade".

A CGT, a USI e outras nove confederações de trabalhadores, atualmente negociando com o ministro Almir Pazzianotto, também não têm nada a oferecer. Obviamente, não oferecerão a troco de nada reduções reais em seus salários, ou moderação em suas reivindicações futuras (ou seja, num quadro de inflação ascendente, reduções em seus salários futuros), a menos que fique muito claro que as outras partes envolvidas nesta negociação oferecerão tais e tantas coisas que surja uma perspectiva real de controle da inflação. Só então poderiam ser convencidos a moderar suas reivindicações. Como a situação dos empresários e das empresas é a que foi descrita acima e a que nós todos conhecemos e constatamos quando vamos às compras e não encontramos o que comprar (não porque eles não queiram produzir e vender, mas porque, com os preços que lhes foram determinados pelo governo, não podem fazê-lo), só resta mesmo esperar a iniciativa do governo.

Ora, como notou bem a Confederação Nacional do Comércio, o que explica a penúria das outras duas partes — o que explica a sua impossibilidade física de "dar" qualquer coisa em nome deste "entendimento" — é a fartura de que desfruta o governo, é a "gordura" que ele acumulou se apropriando dos recursos alheios. Fica claro que só ele pode dar uma contribuição decisiva para inverter esta situação perigosa e para conquistar, com este gesto, a disposição de cooperar das partes restantes.

Mas declarações como as que tem dado o presidente Sarney, negando a própria existência da crise, representam uma verdadeira ducha de água fria nessas esperanças. Impedem as negociações de começarem, por falta de uma base sólida, e dão carradas de razões à CUT, a única entidade que, pelos motivos de sempre e conheci-

dos de todos, tem manifestado o seu júbilo por tudo que está acontecendo. O sr. Jair Meneguelli, por exemplo, declarava ainda ontem que "aposta no fracasso" das conversações sobre o pacto e se prepara para iniciar o incêndio que planeja atear no País quando este fracasso se caracterizar, ou quando da "barriga" que o presidente Sarney não quer ver sair "a criança" que todos sabemos que está lá dentro.

E a julgar pela atitude "avestruzesca" do presidente Sarney, e dos tecnocratas e políticos que o cercam, é isto mesmo que vai acontecer...